



CANTÁ-RR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ - RORAIMA

Professor da Educação Básica

EDITAL Nº. 001/2024

CÓD: SL-053JL-24
7908433258711

Língua Portuguesa

1. Textos: Leitura e compreensão de textos	7
2. Tipologia textual; Gênero textual	8
3. Fonética	15
4. Estrutura das palavras; Formação das palavras	15
5. Ortografia	17
6. Acentuação gráfica (novo acordo ortográfico).....	17
7. Morfologia: Classes de palavras; Classificação e flexão das palavras.....	19
8. Semântica: Significação das palavras; Denotação; Conotação; Polissemia.....	33
9. Sintaxe Frase, oração e período: Tipos de frases; Oração; Termos essenciais da oração; Termos integrantes da oração; Termos acessórios da oração; Estruturação do período: Período composto por coordenação; Período composto por subordinação .	34
10. Concordância (verbal e nominal)	37
11. Regência Verbal e Nominal	38
12. Crase	40

Matemática

1. Números e Operações: Construções históricas e metodológicas dos números Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais. Operações aritméticas: Adição, Subtração, Multiplicação, Divisão, Potenciação e radiciação.....	48
2. Sistema de Numeração Decimal e Quadro Valor de Lugar	57
3. Múltiplos, divisores e números primos.....	59
4. Média Aritmética, Ponderada e Geométrica	62
5. Conjuntos: Noções, relação de pertinência e notações; Relação de inclusão; Operações entre conjuntos.....	63
6. Relação e função: Conceitos: produto cartesiano, relação, função, domínio, imagem e contradomínio; Funções: injetora, sobrejetora e bijetora; Função composta e função inversa; Aplicação do conceito de função na resolução de problemas; Funções e gráficos: constante, linear, afim, quadrática, exponencial e logarítmica; Raízes ou zeros da função quadrática, vértice, imagem, valor máximo e valor mínimo	66
7. Equações do 1º grau	79
8. Progressões Aritméticas e Geométricas	80
9. Razão e proporção: Proporcionalidade direta ou inversa	82
10. Cálculo de Porcentagem	84
11. Regra de três simples e composta	84
12. Análise Combinatória: Princípio da Contagem	86
13. Geometria Plana: Teorema de Pitágoras; Relações métricas no triângulo retângulo; Circunferência e círculo; Cálculo de áreas das principais figuras planas	87
14. Grandezas e Medidas: Problemas envolvendo sistemas de medidas.....	89
15. Tratamento da Informação: Construção e interpretação de tabelas e gráficos	93

Conhecimentos Gerais

1. Assuntos de extrema relevância sobre política e economia regional, estadual e municipal	103
2. História e cultura Regional (Amazônia, Roraima e Cantá).....	104
3. História do município: fundação, contextualização histórica, Poderes Executivo e Legislativo, símbolos municipais (brasão, hino, bandeira e gentílico)	105
4. Dados municipais de Cantá: Educação, geografia, população, aspectos econômicos e culturais; Economia, dados estatísticos, A cultura dos povos indígenas no município de Cantá	106

Informática

1. Noções de sistema operacional (ambiente Windows). Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	109
2. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Microsoft Office)	129
3. Redes de computadores	149
4. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet. Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome e similares). Sítios de busca e pesquisa na Internet	154
5. Programas de correio eletrônico (Outlook Express, Mozilla Thunderbird e similares)	159
6. Segurança da informação: Procedimentos de segurança	161
7. Noções de vírus, worms e pragas virtuais; Aplicativos para segurança	163
8. Procedimentos de backup	166
9. Uso de plataformas/sistemas de gerenciamentos de dados	166

Conhecimentos Específicos Professor da Educação Básica

1. Função social da escola.....	181
2. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica: Parecer CNE/CEB nº 7/2010	183
3. Lei nº 9.394/1996 e suas alterações posteriores, que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB.....	211
4. Lei nº 11.274/2006 que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade;.....	229
5. Lei nº 8.069/1990 que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências -ECA.....	229
6. Resolução CEB/CNE nº 5/2009 que “Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	267
7. DCCRR – Documento Curricular de Roraima.....	269
8. BNCC	269
9. Conceitos, fundamentos e concepções de currículo	309
10. Lei nº 14.640/2023 que institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021 (e suas normativas, parecer e portaria).....	320
11. Lei municipal 287/2015, que estabelece o Plano municipal de educação do Cantá;	323
12. Planejamento.....	323
13. Projeto político pedagógico escolar	333
14. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências	340

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTOS: LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Comentário da questão:

Em “A” o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade. = afirmativa correta.

Em “B” o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis. = afirmativa incorreta.

Em “C” o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições. = afirmativa correta.

Em “D” além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”. = afirmativa correta.

Em “E” este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes. = afirmativa correta.

Resposta: Logo, a Letra B é a resposta Certa para essa questão, visto que é a única que contém uma afirmativa incorreta sobre o texto.

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

TIPOLOGIA TEXTUAL; GÊNERO TEXTUAL

Definições e diferenciação: tipos textuais e gêneros textuais são dois conceitos distintos, cada qual com sua própria linguagem e estrutura. Os tipos textuais gêneros se classificam em razão da estrutura linguística, enquanto os gêneros textuais têm sua classificação baseada na forma de comunicação. Assim, os gêneros são variedades existente no interior dos modelos pré-estabelecidos dos tipos textuais. A definição de um gênero textual é feita a partir dos conteúdos temáticos que apresentam sua estrutura específica. Logo, para cada tipo de texto, existem gêneros característicos.

Como se classificam os tipos e os gêneros textuais

As classificações conforme o gênero podem sofrer mudanças e são amplamente flexíveis. Os principais gêneros são: romance, conto, fábula, lenda, notícia, carta, bula de medicamento, cardápio de restaurante, lista de compras, receita de bolo, etc. Quanto aos tipos, as classificações são fixas, e definem e distinguem o texto com base na estrutura e nos aspectos linguísticos. Os tipos textuais são: narrativo, descritivo, dissertativo, expositivo e injuntivo. Resumindo, os gêneros textuais são a parte concreta, enquanto as tipologias integram o campo das formas, da teoria. Acompanhe abaixo os principais gêneros textuais inseridos e como eles se inserem em cada tipo textual:

Texto narrativo: esse tipo textual se estrutura em: apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho. Esses textos se caracterizam pela apresentação das ações de personagens em um tempo e espaço determinado. Os principais gêneros textuais que pertencem ao tipo textual narrativo são: romances, novelas, contos, crônicas e fábulas.

Texto descritivo: esse tipo compreende textos que descrevem lugares ou seres ou relatam acontecimentos. Em geral, esse tipo de texto contém adjetivos que exprimem as emoções do narrador, e, em termos de gêneros, abrange diários, classificados, cardápios de restaurantes, folhetos turísticos, relatos de viagens, etc.

Texto expositivo: corresponde ao texto cuja função é transmitir ideias utilizando recursos de definição, comparação, descrição, conceituação e informação. Verbetes de dicionário, enciclopédias, jornais, resumos escolares, entre outros, fazem parte dos textos expositivos.

Texto argumentativo: os textos argumentativos têm o objetivo de apresentar um assunto recorrendo a argumentações, isto é, caracteriza-se por defender um ponto de vista. Sua estrutura é composta por introdução, desenvolvimento e conclusão. Os textos argumentativos compreendem os gêneros textuais manifesto e abaixo-assinado.

Texto injuntivo: esse tipo de texto tem como finalidade de orientar o leitor, ou seja, expor instruções, de forma que o emissor procure persuadir seu interlocutor. Em razão disso, o emprego de verbos no modo imperativo é sua característica principal. Pertencem a este tipo os gêneros bula de remédio, receitas culinárias, manuais de instruções, entre outros.

Texto prescritivo: essa tipologia textual tem a função de instruir o leitor em relação ao procedimento. Esses textos, de certa forma, impedem a liberdade de atuação do leitor, pois decretam que ele siga o que diz o texto. Os gêneros que pertencem a esse tipo de texto são: leis, cláusulas contratuais, edital de concursos públicos.

Gêneros textuais predominantemente do tipo textual narrativo**Romance**

É um texto completo, com tempo, espaço e personagens bem definidos. Pode ter partes em que o tipo narrativo dá lugar ao descritivo em função da caracterização de personagens e lugares. As ações são mais extensas e complexas. Pode contar as façanhas de um herói em uma história de amor vivida por ele e uma mulher, muitas vezes, “proibida” para ele. Entretanto, existem romances com diferentes temáticas: romances históricos (tratam de fatos ligados a períodos históricos), romances psicológicos (envolvem as reflexões e conflitos internos de um personagem), romances sociais (retratam comportamentos de uma parcela da sociedade com vistas a realização de uma crítica social). Para exemplo, destacamos os seguintes romancistas brasileiros: Machado de Assis, Guimarães Rosa, Eça de Queiroz, entre outros.

Conto

É um texto narrativo breve, e de **ficção**, geralmente em prosa, que conta situações rotineiras, anedotas e até folclore. Inicialmente, fazia parte da literatura oral. *Boccaccio* foi o primeiro a reproduzi-lo de forma escrita com a publicação de *Decamerão*.

Ele é um gênero da esfera literária e se caracteriza por ser uma narrativa densa e concisa, a qual se desenvolve em torno de uma única ação. Geralmente, o leitor é colocado no interior de uma ação já em desenvolvimento. Não há muita especificação sobre o antes e nem sobre o depois desse recorte que é narrado no conto. Há a construção de uma tensão ao longo de todo o conto.

Diversos contos são desenvolvidos na tipologia textual narrativa: conto de fadas, que envolve personagens do mundo da fantasia; contos de aventura, que envolvem personagens em um contexto mais próximo da realidade; contos folclóricos (conto popular); contos de terror ou assombração, que se desenrolam em um contexto sombrio e objetivam causar medo no espectador; contos de mistério, que envolvem o suspense e a solução de um mistério.

Fábula

É um texto de caráter fantástico que busca ser inverossímil. As personagens principais não são humanos e a finalidade é transmitir alguma lição de moral.

Novela

É um texto caracterizado por ser intermediário entre a longevidade do romance e a brevidade do conto. Esse gênero é constituído por uma grande quantidade de personagens organizadas em diferentes núcleos, os quais nem sempre convivem ao longo do enredo. Como exemplos de novelas, podem ser citadas as obras *O Alienista*, de Machado de Assis, e *A Metamorfose*, de Kafka.

Crônica

É uma narrativa informal, breve, ligada à **vida cotidiana**, com linguagem coloquial. Pode ter um tom humorístico ou um toque de crítica indireta, especialmente, quando aparece em seção ou artigo de jornal, revistas e programas da TV. Há na literatura brasileira vários cronistas renomados, dentre eles citamos para seu conhecimento: Luís Fernando Veríssimo, Rubem Braga, Fernando Sabido entre outros.

Diário

É escrito em linguagem informal, sempre consta a data e não há um destinatário específico, geralmente, é para a própria pessoa que está escrevendo, é um relato dos acontecimentos do dia. O objetivo desse tipo de texto é guardar as lembranças e em alguns momentos desabafar. Veja um exemplo:

“Domingo, 14 de junho de 1942

Vou começar a partir do momento em que ganhei você, quando o vi na mesa, no meio dos meus outros presentes de aniversário. (Eu estava junto quando você foi comprado, e com isso eu não contava.)

Na sexta-feira, 12 de junho, acordei às seis horas, o que não é de espantar; afinal, era meu aniversário. Mas não me deixam levantar a essa hora; por isso, tive de controlar minha curiosidade até quinze para as sete. Quando não dava mais para esperar, fui até a sala de jantar, onde Moortje (a gata) me deu as boas-vindas, esfregando-se em minhas pernas.”

Trecho retirado do livro “Diário de Anne Frank”.

Gêneros textuais predominantemente do tipo textual descritivo**Currículo**

É um gênero predominantemente do tipo textual descritivo. Nele são descritas as qualificações e as atividades profissionais de uma determinada pessoa.

Laudo

É um gênero predominantemente do tipo textual descritivo. Sua função é descrever o resultado de análises, exames e perícias, tanto em questões médicas como em questões técnicas.

Outros exemplos de gêneros textuais pertencentes aos textos descritivos são: folhetos turísticos; cardápios de restaurantes; classificados; etc.

Gêneros textuais predominantemente do tipo textual expositivo**Resumos e Resenhas**

O autor faz uma descrição breve sobre a obra (pode ser cinematográfica, musical, teatral ou literária) a fim de divulgar este trabalho de forma resumida.

Na verdade resumo e/ou resenha é uma análise sobre a obra, com uma linguagem mais ou menos formal, geralmente os resenhistas são pessoas da área devido o vocabulário específico, são estudiosos do assunto, e podem influenciar a venda do produto devido a suas críticas ou elogios.

Verbete de dicionário

Gênero predominantemente expositivo. O objetivo é expor conceitos e significados de palavras de uma língua.

Relatório Científico

Gênero predominantemente expositivo. Descreve etapas de pesquisa, bem como caracteriza procedimentos realizados.

Conferência

Predominantemente expositivo. Pode ser argumentativo também. Expõe conhecimentos e pontos de vistas sobre determinado assunto. Gênero executado, muitas vezes, na modalidade oral.

Outros exemplos de gêneros textuais pertencentes aos textos expositivos são: enciclopédias; resumos escolares; etc.

Gêneros textuais pertencentes aos textos argumentativos**Artigo de Opinião**

É comum¹ encontrar circulando no rádio, na TV, nas revistas, nos jornais, temas polêmicos que exigem uma posição por parte dos ouvintes, espectadores e leitores, por isso, o autor geralmente apresenta seu ponto de vista sobre o tema em questão através do **artigo de opinião**.

Nos tipos textuais argumentativos, o autor geralmente tem a intenção de convencer seus interlocutores e, para isso, precisa apresentar bons argumentos, que consistem em verdades e opiniões.

O artigo de opinião é fundamentado em impressões pessoais do autor do texto e, por isso, são fáceis de contestar.

Discurso Político

O discurso político² é um texto argumentativo, fortemente persuasivo, em nome do bem comum, alicerçado por pontos de vista do emissor ou de enunciadores que representa, e por informações compartilhadas que traduzem valores sociais, políticos, religiosos e outros. Frequentemente, apresenta-se como uma fala coletiva que procura sobrepor-se em nome de interesses da comunidade e constituir norma de futuro. Está inserido numa dinâmica social que constantemente o altera e ajusta a novas circunstâncias. Em períodos eleitorais, a sua maleabilidade permite sempre uma resposta que oscila entre a satisfação individual e os grandes objetivos sociais da resolução das necessidades elementares dos outros.

Hannah Arendt (em *The Human Condition*) afirma que o discurso político tem por finalidade a persuasão do outro, quer para que a sua opinião se imponha, quer para que os outros o admirem. Para isso, necessita da argumentação, que envolve o raciocínio, e da eloquência da oratória, que procura seduzir recorrendo a afetos e sentimentos.

O discurso político é, provavelmente, tão antigo quanto a vida do ser humano em sociedade. Na Grécia antiga, o político era o cidadão da “pólis” (cidade, vida em sociedade), que, responsável pelos negócios públicos, decidia tudo em diálogo na “agora” (praça onde se realizavam as assembleias dos cidadãos), mediante palavras persuasivas. Daí o aparecimento do discurso político, baseado na retórica e na oratória, orientado para convencer o povo.

O discurso político implica um espaço de visibilidade para o cidadão, que procura impor as suas ideias, os seus valores e projetos, recorrendo à força persuasiva da palavra, instaurando um processo de sedução, através de recursos estéticos como certas construções, metáforas, imagens e jogos linguísticos. Valendo-se da persuasão e da eloquência, fundamenta-se em decisões sobre o futuro, prometendo o que pode ser feito.

¹ <http://www.odiarionline.com.br/noticia/43077/VENDEDOR-BRASILEIRO-ESTA-MENOS-SIMPATICO>

² [https://www.infopedia.pt/\\$discurso-politico](https://www.infopedia.pt/$discurso-politico)

Requerimento

Predominantemente dissertativo-argumentativo. O requerimento tem a função de solicitar determinada coisa ou procedimento. Ele é dissertativo-argumentativo pela presença de argumentação com vistas ao convencimento

Outros exemplos de gêneros textuais pertencentes aos textos argumentativos são: abaixo-assinados; manifestos; sermões; etc.

Gêneros textuais predominantemente do tipo textual injuntivo**Bulas de remédio**

A bula de remédio traz também o tipo textual descritivo. Nela aparecem as descrições sobre a composição do remédio bem como instruções quanto ao seu uso.

Manual de instruções

O manual de instruções tem como objetivo instruir sobre os procedimentos de uso ou montagem de um determinado equipamento.

Exemplos de gêneros textuais pertencentes aos textos injuntivos são: receitas culinárias, instruções em geral.

Gêneros textuais predominantemente do tipo textual prescritivo

Exemplos de gêneros textuais pertencentes aos textos prescritivos são: leis; cláusulas contratuais; edital de concursos públicos; receitas médicas, etc.

Outros Exemplos**Carta**

Esta, dependendo do destinatário pode ser informal, quando é destinada a algum amigo ou pessoa com quem se tem intimidade. É formal quando destinada a alguém mais culto ou que não se tenha intimidade.

Dependendo do objetivo da carta a mesma terá diferentes estilos de escrita, podendo ser dissertativa, narrativa ou descritiva. As cartas se iniciam com a data, em seguida vem a saudação, o corpo da carta e para finalizar a despedida.

Propaganda

Este gênero aparece também na forma oral, diferente da maioria dos outros gêneros. Suas principais características são a linguagem argumentativa e expositiva, pois a intenção da propaganda é fazer com que o destinatário se interesse pelo produto da propaganda. O texto pode conter algum tipo de descrição e sempre é claro e objetivo.

Notícia

Este é um dos tipos de texto que é mais fácil de identificar. Sua linguagem é narrativa e descritiva e o objetivo desse texto é informar algo que aconteceu.

MATEMÁTICA

NÚMEROS E OPERAÇÕES: CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS E METODOLÓGICAS DOS NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS, IRRACIONAIS E REAIS. OPERAÇÕES ARITMÉTICAS: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO E RADICIAÇÃO

CONTEXTO HISTÓRICO

Os conjuntos numéricos têm uma história rica e complexa que se desenvolveu ao longo de milênios, refletindo o progresso da matemática e da civilização humana. Os números naturais, que são usados para contar e ordenar, foram provavelmente os primeiros números a serem utilizados pelos seres humanos. As primeiras evidências de contagem vêm de marcas em ossos e outros artefatos pré-históricos datados de cerca de 20.000 anos atrás, como o Osso de Ishango. À medida que as civilizações antigas, como a babilônica e a egípcia, evoluíram, desenvolveram sistemas numéricos mais sofisticados, incluindo a capacidade de realizar cálculos mais complexos com esses números.

Os números inteiros surgiram naturalmente a partir dos números naturais. Eles incluem todos os números naturais, seus opostos negativos e o zero. O conceito de zero como um número separado é uma invenção relativamente recente na história matemática. A Índia antiga é frequentemente creditada com a formalização do zero por volta do século 5, um desenvolvimento que posteriormente se espalhou pelo mundo árabe e chegou à Europa através dos trabalhos de matemáticos como Al-Khwarizmi.

Os números racionais, que podem ser expressos como frações de dois inteiros, foram estudados detalhadamente pelos matemáticos gregos antigos. Pitágoras e seus seguidores, os pitagóricos, tinham uma compreensão aprofundada das proporções e frações, o que levou ao desenvolvimento de conceitos importantes na teoria dos números. No entanto, a descoberta de que nem todos os números podem ser expressos como frações — especificamente, a descoberta dos números irracionais — causou uma grande crise na filosofia pitagórica. Diz-se que Hipaso de Metaponto, um membro da escola pitagórica, descobriu que a raiz quadrada de 2 não pode ser expressa como uma fração de dois inteiros, uma descoberta que levou à sua expulsão ou, segundo algumas lendas, até à sua execução.

Os números irracionais, portanto, foram uma grande revelação. Eles são números que não podem ser expressos como frações, como a raiz quadrada de 2 e o número pi. Esses números foram inicialmente vistos com suspeita e mesmo temor, mas com o tempo, sua aceitação e estudo se aprofundaram, especialmente durante o Renascimento e a era moderna.

Finalmente, a união dos números racionais e irracionais forma o conjunto dos números reais. Este conceito foi formalizado no século 19 por matemáticos como Richard Dedekind e Georg Cantor, que desenvolveram uma compreensão rigorosa e estruturada dos

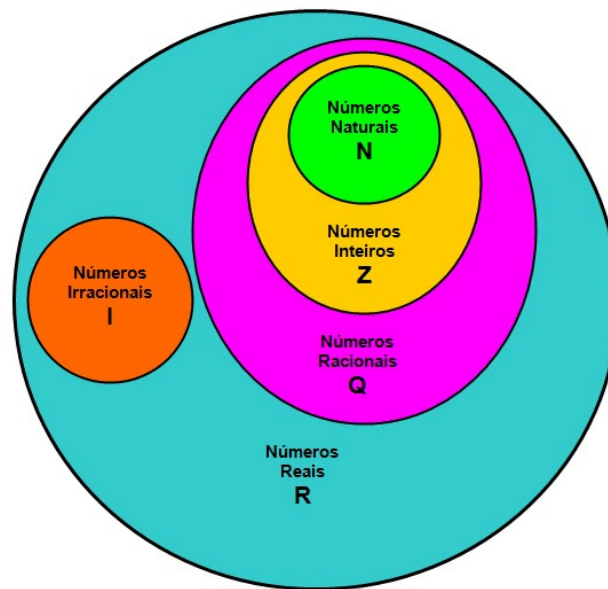
números reais. Os números reais são fundamentais para a análise matemática, sendo essenciais para o cálculo e para a compreensão de funções contínuas e limites.

CONJUNTOS NUMÉRICOS

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e abrange os números que utilizamos para realizar contagem, incluindo o zero. Esse conjunto é infinito. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$

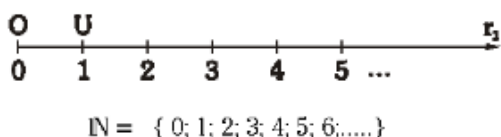
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

- 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: $3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto "." (para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural, e, nesses casos, a divisão não é exata.

$$\begin{array}{l|l} a & b \\ \hline r & q \end{array} \Leftrightarrow \begin{cases} a = b \cdot q + r \\ r < b \end{cases}$$

Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

– Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. $45 : 9 = 5$

– Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. $45 = 5 \times 9$

– A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e $c \in N$

- 1) Associativa da adição: $(a + b) + c = a + (b + c)$
- 2) Comutativa da adição: $a + b = b + a$
- 3) Elemento neutro da adição: $a + 0 = a$
- 4) Associativa da multiplicação: $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- 5) Comutativa da multiplicação: $a \cdot b = b \cdot a$
- 6) Elemento neutro da multiplicação: $a \cdot 1 = a$
- 7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição: $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- 8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração: $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- 9) Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1) Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema.

Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Solução: **Resposta: D.**

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

2) João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branco	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Solução: **Resposta: E.**

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

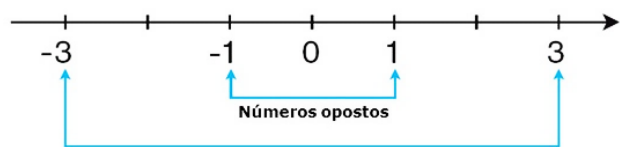
CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é denotado pela letra maiúscula Z e compreende os números inteiros negativos, positivos e o zero.

Exemplo: $Z = \{-4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$



$$\mathbb{Z} = \{\dots, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, \dots\}$$



$$\mathbb{N} \subset \mathbb{Z}$$

O conjunto dos números inteiros também possui alguns subconjuntos:

$Z^+ = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos.

$Z^- = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0\}$: conjunto dos números inteiros não positivos.

$Z^{*+} = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos e não nulos, ou seja, sem o zero.

$Z^{*-} = \{\dots, -4, -3, -2, -1\}$: conjunto dos números inteiros não positivos e não nulos.

Módulo

O módulo de um número inteiro é a distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Ele é representado pelo símbolo $| |$.

O módulo de 0 é 0 e indica-se $|0| = 0$

O módulo de +6 é 6 e indica-se $|+6| = 6$

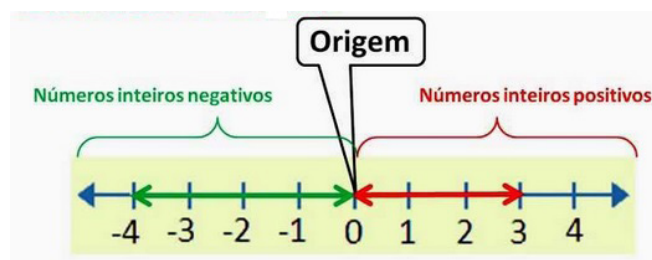
O módulo de -3 é 3 e indica-se $|-3| = 3$

O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

Números Opostos

Dois números inteiros são considerados opostos quando sua soma resulta em zero; dessa forma, os pontos que os representam na reta numérica estão equidistantes da origem.

Exemplo: o oposto do número 4 é -4, e o oposto de -4 é 4, pois $4 + (-4) = (-4) + 4 = 0$. Em termos gerais, o oposto, ou simétrico, de "a" é "-a", e vice-versa; notavelmente, o oposto de zero é o próprio zero.



— Operações com Números Inteiros

Adição de Números Inteiros

Para facilitar a compreensão dessa operação, associamos a ideia de ganhar aos números inteiros positivos e a ideia de perder aos números inteiros negativos.

Ganhar 3 + ganhar 5 = ganhar 8 ($3 + 5 = 8$)

Perder 4 + perder 3 = perder 7 ($-4 + (-3) = -7$)

Ganhar 5 + perder 3 = ganhar 2 ($5 + (-3) = 2$)

Perder 5 + ganhar 3 = perder 2 ($-5 + 3 = -2$)

Observação: O sinal (+) antes do número positivo pode ser omitido, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

Subtração de Números Inteiros

A subtração é utilizada nos seguintes casos:

– Ao retirarmos uma quantidade de outra quantidade;

– Quando temos duas quantidades e queremos saber a diferença entre elas;

– Quando temos duas quantidades e desejamos saber quanto falta para que uma delas atinja a outra.

A subtração é a operação inversa da adição. Concluímos que subtrair dois números inteiros é equivalente a adicionar o primeiro com o oposto do segundo.

Observação: todos os parênteses, colchetes, chaves, números, etc., precedidos de sinal negativo têm seu sinal invertido, ou seja, representam o seu oposto.

Multiplicação de Números Inteiros

A multiplicação funciona como uma forma simplificada de adição quando os números são repetidos. Podemos entender essa situação como ganhar repetidamente uma determinada quantidade. Por exemplo, ganhar 1 objeto 15 vezes consecutivas significa ganhar 30 objetos, e essa repetição pode ser indicada pelo símbolo "x", ou seja: $1 + 1 + 1 + \dots + 1 = 15 \times 1 = 15$.

Se substituirmos o número 1 pelo número 2, obtemos: $2 + 2 + 2 + \dots + 2 = 15 \times 2 = 30$

Na multiplicação, o produto dos números "a" e "b" pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

Divisão de Números Inteiros



Divisão exata de números inteiros

Considere o cálculo: $-15/3 = q$ à $3q = -15$ à $q = -5$

No exemplo dado, podemos concluir que, para realizar a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro (diferente de zero), dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

No conjunto dos números inteiros Z , a divisão não é comutativa, não é associativa, e não possui a propriedade da existência do elemento neutro. Além disso, não é possível realizar a divisão por zero. Quando dividimos zero por qualquer número inteiro (diferente de zero), o resultado é sempre zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Regra de sinais

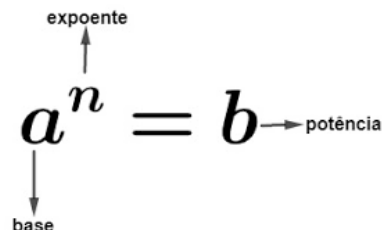
MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO

$+$	\times	$+$	$=$	$+$	$+$	\div	$+$	$=$	$+$
$-$	\times	$-$	$=$	$+$	$-$	\div	$-$	$=$	$+$
$-$	\times	$+$	$=$	$-$	$-$	\div	$+$	$=$	$-$
$+$	\times	$-$	$=$	$-$	$+$	\div	$-$	$=$	$-$

Potenciação de Números Inteiros

A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a base e o número n é o expoente.

$a^n = a \times a \times a \times \dots \times a$, ou seja, a é multiplicado por a n vezes.



- Qualquer potência com uma base positiva resulta em um número inteiro positivo.
- Se a base da potência é negativa e o expoente é par, então o resultado é um número inteiro positivo.
- Se a base da potência é negativa e o expoente é ímpar, então o resultado é um número inteiro negativo.

POTENCIAÇÃO

@canalda

AS PROPRIEDADES BÁSICAS DA POTENCIAÇÃO SÃO:

1. $a^m \cdot a^n = a^{m+n}$	Exemplo: $2^3 \cdot 2^2 = 2^5$
2. $a^m : a^n = a^{m-n}$	Exemplo: $3^4 : 3^2 = 3^2$
3. $(a^m)^n = a^{m \cdot n}$	Exemplo: $(2^3)^2 = 2^6$
4. $(a \cdot b)^n = a^n \cdot b^n$	Exemplo: $(2 \cdot 4)^2 = 2^2 \cdot 4^2$
5. $\left(\frac{a}{b}\right)^n = \frac{a^n}{b^n}$	Exemplo: $\left(\frac{3}{7}\right)^2 = \frac{3^2}{7^2}$
6. $a^0 = 1$	
7. $a^1 = a$	
8. $a^{-n} = \left(\frac{1}{a}\right)^n$	Exemplo: $2^{-2} = \left(\frac{1}{2}\right)^2$
9. $a^{\frac{1}{n}} = \sqrt[n]{a}$	Exemplo: $3^{\frac{1}{2}} = \sqrt{3}$

CONHECIMENTOS GERAIS

ASSUNTOS DE EXTREMA RELEVÂNCIA SOBRE POLÍTICA E ECONOMIA REGIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

Cantá, localizada no estado de Roraima, enfrenta desafios e oportunidades específicos em suas políticas e economia. A compreensão das questões políticas e econômicas que afetam o município, o estado e a região é crucial para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população local. Este texto explora os temas mais relevantes de política e economia para Cantá - RR, destacando aspectos regionais, estaduais e municipais que impactam diretamente a vida dos cidadãos.

Política Regional e Estadual

A política em Roraima e, por extensão, em Cantá, é marcada por uma série de desafios e peculiaridades, derivados de sua localização geográfica, demografia e infraestrutura.

1. Governança e Administração Pública: A gestão eficiente dos recursos públicos é um desafio constante. A transparência e a responsabilidade na administração pública são cruciais para garantir que os investimentos sejam feitos de maneira eficaz e que beneficiem a população. Em Cantá, a modernização da administração pública, com a adoção de tecnologias de gestão e a capacitação dos servidores, pode melhorar a eficiência dos serviços públicos.

2. Desenvolvimento Sustentável: Roraima é conhecido por sua biodiversidade e recursos naturais, o que coloca o desenvolvimento sustentável como um tema central. Políticas que equilibrem o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental são essenciais. Em Cantá, iniciativas que promovam a agricultura sustentável, a proteção das florestas e o uso responsável dos recursos hídricos são de extrema importância.

3. Infraestrutura e Logística: A melhoria da infraestrutura é vital para o desenvolvimento econômico. Estradas, energia e telecomunicações adequadas são fundamentais para atrair investimentos e melhorar a qualidade de vida. Em Cantá, projetos de infraestrutura que melhorem a conectividade com Boa Vista e outras regiões podem facilitar o escoamento de produtos agrícolas e fomentar o comércio.

4. Segurança Pública: A segurança é uma preocupação importante para a população. Políticas estaduais que fortalecem a segurança pública, através do aumento do efetivo policial e da implementação de programas de prevenção à violência, são cruciais. Em Cantá, a colaboração entre as autoridades locais e estaduais pode resultar em estratégias mais eficazes para combater a criminalidade.

Economia Regional e Estadual

A economia de Cantá e de Roraima é diversificada, mas enfrenta desafios específicos que precisam ser abordados para garantir o crescimento e a prosperidade.

1. Agricultura e Pecuária: Cantá é um município com forte vocação agrícola e pecuária. A produção de mandioca, milho e a criação de gado são atividades econômicas importantes. A introdução de tecnologias agrícolas modernas, o acesso a financiamentos e a capacitação dos produtores podem aumentar a produtividade e a sustentabilidade dessas atividades.

2. Mineração: A mineração é uma atividade econômica significativa em Roraima. No entanto, é crucial que essa atividade seja regulada de maneira rigorosa para evitar impactos ambientais negativos e garantir que os benefícios econômicos sejam distribuídos de forma justa. Políticas estaduais que promovam a mineração responsável são essenciais.

3. Turismo: O potencial turístico de Roraima, com suas paisagens naturais únicas, pode ser explorado para diversificar a economia. Cantá pode desenvolver o ecoturismo, aproveitando sua proximidade com áreas de beleza natural e cultural. Investimentos em infraestrutura turística e campanhas de promoção podem atrair visitantes e gerar emprego e renda.

4. Comércio e Serviços: O fortalecimento do comércio local e dos serviços é vital para a economia de Cantá. Incentivos para pequenos e médios empreendimentos, a criação de zonas comerciais e a capacitação de empreendedores locais são medidas que podem estimular o crescimento econômico.

Política Municipal em Cantá

No âmbito municipal, a administração de Cantá enfrenta desafios específicos que exigem políticas locais eficazes e inovadoras.

1. Educação: Melhorar a qualidade da educação é fundamental para o desenvolvimento a longo prazo. Investimentos na formação de professores, na infraestrutura escolar e em programas de apoio ao aluno podem elevar os índices educacionais. Programas que promovam a inclusão digital também são importantes para preparar os jovens para o mercado de trabalho contemporâneo.

2. Saúde: O acesso a serviços de saúde de qualidade é uma prioridade. Fortalecer a atenção básica, aumentar a disponibilidade de medicamentos e melhorar as instalações de saúde são ações essenciais. Parcerias com o governo estadual e federal podem trazer recursos adicionais para o setor de saúde.

3. Habitação: A garantia de moradia digna é um desafio constante. Programas de habitação social que ofereçam financiamento acessível e a regularização fundiária podem ajudar a reduzir o déficit habitacional em Cantá. Projetos que incentivem a construção de habitações sustentáveis também são uma prioridade.

4. Desenvolvimento Social: A promoção do desenvolvimento social envolve a implementação de programas que reduzam a pobreza e a desigualdade. A criação de oportunidades de emprego, a capacitação profissional e o apoio a grupos vulneráveis são medidas importantes. Políticas que promovam a igualdade de gênero e a inclusão de pessoas com deficiência são igualmente essenciais.

5. Participação Cidadã: A participação ativa da comunidade na tomada de decisões é fundamental para uma administração pública eficaz. A criação de conselhos municipais, audiências públicas e plataformas digitais de participação pode fortalecer a democracia local e garantir que as políticas públicas reflitam as necessidades e desejos da população.

Cantá - RR enfrenta uma série de desafios e oportunidades em suas políticas e economia regional, estadual e municipal. A implementação de políticas públicas eficazes, que promovam o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a eficiência na administração pública, é crucial para garantir o bem-estar da população. Investimentos em infraestrutura, educação, saúde, habitação e segurança são essenciais para o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida. A participação ativa da comunidade e a colaboração entre os diferentes níveis de governo são fundamentais para a construção de um futuro próspero e sustentável para Cantá e sua população.

HISTÓRIA E CULTURA REGIONAL (AMAZÔNIA, RORAIMA E CANTÁ)

A região amazônica, incluindo o estado de Roraima e o município de Cantá, possui uma história rica e uma cultura diversificada, moldada por séculos de interações entre povos indígenas, colonizadores europeus, migrantes e outras influências externas. A Amazônia é um dos biomas mais biodiversos do planeta e Roraima, como parte integral dessa vasta região, compartilha dessa diversidade natural e cultural. Este texto explora a história e a cultura da Amazônia, de Roraima e de Cantá, destacando os aspectos mais relevantes que definem a identidade e a trajetória dessa região.

História da Amazônia

A história da Amazônia é marcada pela presença de inúmeras civilizações indígenas que habitavam a região muito antes da chegada dos europeus. Esses povos desenvolveram culturas complexas, com sistemas de agricultura, comércio e organização social avançados. Alguns dos principais grupos indígenas incluem os Yanomami, os Tukano, os Baniwa, entre outros, cada um com suas línguas, tradições e modos de vida únicos.

A chegada dos europeus no século XVI trouxe profundas mudanças para a Amazônia. As expedições portuguesas e espanholas, motivadas pela busca de riquezas e novas terras, resultaram em conflitos, exploração e a colonização da região. A introdução de missões religiosas e o estabelecimento de cidades e fortes co-

loniais alteraram significativamente a dinâmica social e cultural da Amazônia. A economia da região foi inicialmente baseada na exploração de recursos naturais, como o pau-brasil e as drogas do sertão (resinas, especiarias e plantas medicinais).

No século XIX, a economia da Amazônia foi transformada pela “Era da Borracha”, quando a demanda mundial por borracha natural levou a um boom econômico. Manaus e Belém se tornaram centros comerciais prósperos, atraindo migrantes de várias partes do Brasil e do mundo. No entanto, essa prosperidade foi seguida por um declínio abrupto quando a produção de borracha se deslocou para o sudeste asiático.

História de Roraima

Roraima, localizado no extremo norte do Brasil, tem uma história distinta dentro do contexto amazônico. Originalmente habitado por diversos grupos indígenas, como os Yanomami, Macuxi, Wapichana e Ingarikó, Roraima preserva até hoje uma rica diversidade cultural indígena.

A exploração e colonização de Roraima começaram mais tarde do que em outras partes da Amazônia. No século XVIII, expedições portuguesas e missões religiosas começaram a explorar a região. Roraima foi formalmente integrada ao Brasil com a criação do Território Federal do Rio Branco em 1943, renomeado Roraima em 1962. Roraima só se tornou estado em 1988, com a Constituição Federal.

A história recente de Roraima é marcada por conflitos territoriais, especialmente em relação às terras indígenas. A demarcação e a proteção dessas terras têm sido temas centrais na política estadual, frequentemente gerando tensão entre interesses econômicos e os direitos dos povos indígenas.

História de Cantá

Cantá, um município de Roraima, reflete a história mais ampla do estado e da Amazônia, mas com suas particularidades. A área onde hoje se encontra Cantá foi inicialmente habitada por grupos indígenas, principalmente os Macuxi e Wapichana. A colonização não chegou ao município até o século XX, quando começou a atração de migrantes em busca de oportunidades agrícolas e pecuárias.

Cantá foi criado como município em 1995, desmembrado de Boa Vista, a capital do estado. Desde então, Cantá tem desenvolvido uma economia baseada principalmente na agricultura e pecuária, além de enfrentar desafios comuns na região, como a infraestrutura e a integração social das diversas comunidades, incluindo indígenas e migrantes.

Cultura Regional

A cultura da Amazônia, incluindo Roraima e Cantá, é uma tapeçaria vibrante de tradições indígenas, influências coloniais e contribuições contemporâneas. A diversidade cultural é uma característica marcante, com cada grupo étnico contribuindo para o mosaico cultural da região.

• **Cultura Indígena:** Os povos indígenas da Amazônia têm tradições ricas em mitologia, arte, música e rituais. Festivais e celebrações indígenas são comuns, e muitos desses povos mantêm suas línguas e práticas culturais, apesar das pressões externas. Em Roraima, a cultura indígena é especialmente visível nas áreas demarcadas e em eventos culturais.

• **Folclore e Tradições:** A cultura popular da Amazônia inclui uma vasta gama de folclore, lendas e tradições. Histórias de seres míticos como o Boto, a lara e o Curupira são contadas ao longo de gerações. Festas tradicionais como o Festival de Parintins, embora mais associado ao Amazonas, influenciam culturalmente toda a região amazônica, incluindo Roraima.

• **Música e Dança:** A música da Amazônia é diversa, incorporando elementos indígenas, africanos e europeus. Ritmos como o carimbó, o boi-bumbá e a guitarrada são populares. Em Roraima e Cantá, as tradições musicais também incluem influências caribenhas, devido à proximidade com a Guiana.

• **Culinária:** A culinária amazônica é única, com pratos que utilizam ingredientes locais como açaí, cupuaçu, tucupi, peixe e farinha de mandioca. O consumo de peixes como tambaqui e pirarucu é comum, e pratos como tacacá e pato no tucupi são especialidades regionais.

Desafios e Oportunidades Culturais

A preservação e valorização da cultura regional enfrentam desafios, como a pressão da globalização, a perda de línguas indígenas e a falta de investimentos em iniciativas culturais. No entanto, também existem oportunidades para promover a cultura local:

1. **Educação e Pesquisa:** Investir na educação e na pesquisa sobre as culturas indígenas e locais pode ajudar a preservar e revitalizar tradições. Escolas e universidades têm um papel crucial nesse processo.

2. **Turismo Cultural:** O turismo pode ser uma ferramenta poderosa para promover a cultura local, desde que seja feito de maneira sustentável e respeitosa. Projetos de ecoturismo e turismo comunitário podem gerar renda e valorizar o patrimônio cultural.

3. **Políticas Públicas:** A implementação de políticas públicas que apoiem as artes e a cultura é essencial. Isso inclui financiamento para eventos culturais, apoio a artistas locais e proteção do patrimônio cultural.

A história e a cultura de Cantá, Roraima e a Amazônia são ricas e diversificadas, refletindo séculos de interações entre diferentes povos e influências. Entender e valorizar essa herança cultural é crucial para o desenvolvimento sustentável e inclusivo da região. Apesar dos desafios, há inúmeras oportunidades para promover a cultura local e garantir que ela continue a florescer, contribuindo para a identidade e o bem-estar das comunidades amazônicas.

HISTÓRIA DO MUNICÍPIO: FUNDAÇÃO, CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO, SÍMBOLOS MUNICIPAIS (BRASÃO, HINO, BANDEIRA E GENTÍLICO)

Cantá é um município localizado no estado de Roraima, Brasil. Este texto explora a história do município desde sua fundação, passando pela contextualização histórica, a estrutura dos poderes Executivo e Legislativo, e a descrição dos símbolos municipais, como brasão, hino e bandeira, além do gentílico dos habitantes.

Fundação e Contextualização Histórica

Cantá foi oficialmente criado como município em 4 de novembro de 1994, pela Lei Estadual nº 96, sendo desmembrado de Boa Vista, a capital de Roraima. A sua instalação oficial ocorreu em 1º de janeiro de 1997. Antes de sua emancipação, a área que hoje constitui o município de Cantá fazia parte de Boa Vista e era conhecida por suas atividades agrícolas e pecuárias, que ainda hoje são importantes para a economia local.

O nome “Cantá” é de origem indígena e significa “pequeno tamanduá” na língua local. A região onde está localizado o município foi habitada originalmente por povos indígenas, principalmente os Macuxi e Wapichana. Com a colonização e a expansão das atividades agrícolas no século XX, a área começou a receber migrantes de outras partes do Brasil, especialmente do Nordeste, em busca de novas oportunidades.

Poderes Executivo e Legislativo

O sistema político-administrativo de Cantá é composto pelos poderes Executivo e Legislativo, conforme estabelecido pela Constituição Federal Brasileira.

• **Poder Executivo:** O Poder Executivo de Cantá é representado pelo prefeito, que é eleito pelo voto direto dos cidadãos do município para um mandato de quatro anos, com a possibilidade de reeleição para mais um mandato consecutivo. O prefeito é responsável pela administração municipal, implementação de políticas públicas, gestão dos recursos municipais e execução das leis aprovadas pela Câmara Municipal. O Executivo também é responsável por áreas fundamentais como saúde, educação, infraestrutura e desenvolvimento econômico.

• **Poder Legislativo:** O Poder Legislativo é representado pela Câmara Municipal de Cantá, composta por vereadores eleitos pelo voto direto dos cidadãos para um mandato de quatro anos. A principal função da Câmara é legislar sobre assuntos de interesse local, criar e aprovar leis municipais, fiscalizar o Executivo e aprovar o orçamento anual do município. Os vereadores também têm o papel de representar os interesses da população e promover debates sobre temas relevantes para o desenvolvimento do município.

Símbolos Municipais

Os símbolos municipais de Cantá incluem o brasão, a bandeira e o hino, que representam a identidade e a história do município.

• **Brasão:** O brasão de Cantá é um emblema heráldico que simboliza a história, a cultura e as riquezas do município. Ele geralmente apresenta elementos que representam a agricultura, a pecuária e a diversidade natural de Cantá, refletindo a importância dessas atividades para a economia local.



• **Bandeira:** A bandeira de Cantá é um símbolo de identidade e orgulho para os habitantes do município. Ela costuma incorporar elementos do brasão e as cores representativas do município e do estado de Roraima. A bandeira é usada em cerimônias oficiais, eventos cívicos e culturais, e é um símbolo de unidade para a população local.



• **Hino:** O hino de Cantá é uma composição musical que exalta as belezas naturais, a história e as conquistas do município. Ele é cantado em eventos oficiais e celebrações, promovendo o espírito cívico e o orgulho local entre os cidadãos.

• **Gentílico:** O gentílico dos habitantes de Cantá é “cantanense”. Este termo é usado para designar as pessoas nascidas ou residentes no município, reforçando a identidade local e o sentimento de pertencimento.

Cantá, um município relativamente jovem no estado de Roraima, possui uma história rica e uma identidade cultural distinta. Desde sua fundação oficial em 1994, Cantá tem se desenvolvido através de suas atividades agrícolas e pecuárias, contribuindo para a economia regional. Os poderes Executivo e Legislativo desempenham papéis cruciais na administração e no desenvolvimento do município, enquanto os símbolos municipais, como o brasão, a bandeira e o hino, juntamente com o gentílico “cantanense”, reforçam a identidade e o orgulho da população local. Com um compromisso contínuo com o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, Cantá continua a construir seu futuro baseado em sua rica história e cultura.

DADOS MUNICIPAIS DE CANTÁ: EDUCAÇÃO, GEOGRAFIA, POPULAÇÃO, ASPECTOS ECONÔMICOS E CULTURAIS; ECONOMIA, DADOS ESTATÍSTICOS, A CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE CANTÁ

Cantá é um município localizado no estado de Roraima, Brasil, e apresenta características únicas em termos de geografia, população, economia e cultura. Este texto explora os principais aspectos do município, com um foco especial na educação, geografia, população, economia, dados estatísticos e a rica cultura dos povos indígenas que habitam a região.

Educação

A educação em Cantá enfrenta desafios comuns a muitos municípios da Amazônia, incluindo a necessidade de melhorar a infraestrutura escolar, a formação de professores e o acesso à educação de qualidade, especialmente em áreas rurais e indígenas. O município possui escolas de ensino fundamental e médio, além de programas voltados para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e iniciativas de alfabetização. A Prefeitura de Cantá, em colaboração com o governo estadual, tem investido em melhorias na infraestrutura educacional, na capacitação de professores e no desenvolvimento de projetos educacionais que valorizem a cultura local e a inclusão digital.

Geografia

Cantá está localizado na região Centro-Sul de Roraima, a cerca de 38 km de Boa Vista, a capital do estado. O município é caracterizado por uma geografia diversificada, que inclui planícies, savanas e áreas de floresta tropical. O clima é predominantemente tropical, com uma estação chuvosa intensa e uma estação seca. A geografia de Cantá é propícia para atividades agrícolas e pecuárias, que são os pilares da economia local. Além disso, o município possui recursos naturais significativos, incluindo rios e áreas de preservação ambiental.

População

A população de Cantá é composta por um mix diversificado de grupos étnicos, incluindo descendentes de migrantes nordestinos, sulistas e uma significativa população indígena. De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população de Cantá é estimada em aproximadamente 20 mil habitantes. A densidade populacional é baixa, com a população distribuída entre a sede do município e várias comunidades rurais e indígenas. A demografia de Cantá reflete uma comunidade jovem, com uma grande proporção de crianças e jovens em idade escolar.

Economia

A economia de Cantá é baseada principalmente na agricultura e pecuária. As principais atividades agrícolas incluem a produção de mandioca, milho, feijão e hortaliças. A pecuária também é uma atividade importante, com a criação de gado bovino e suíno. A agricultura familiar desempenha um papel significativo na economia local, com muitas famílias dependendo da produção agrícola para subsistência e renda. Além disso, Cantá tem potencial para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo, aproveitando suas belezas naturais e a cultura indígena.

INFORMÁTICA

NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE WINDOWS). CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS

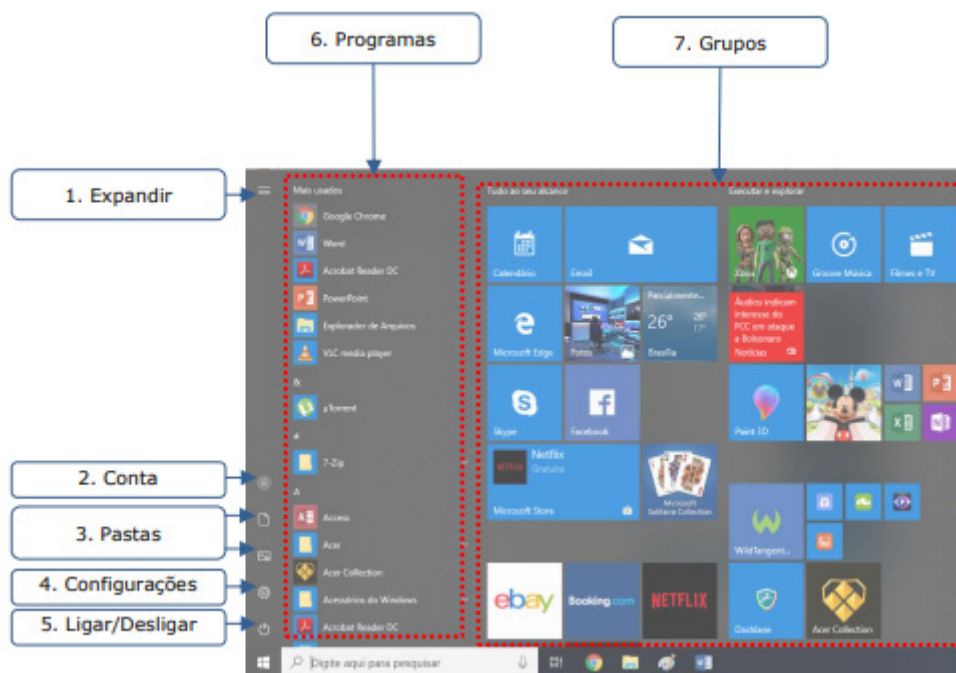
WINDOWS 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

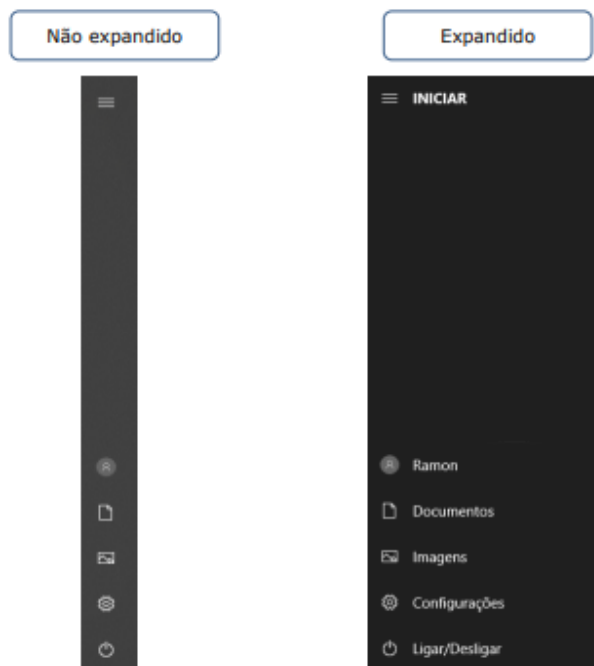
Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



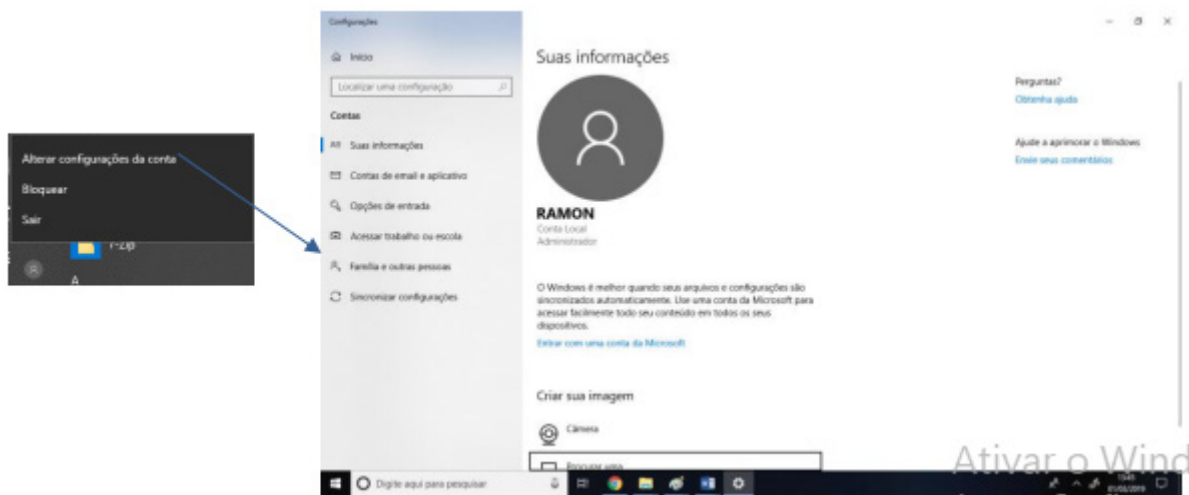
Menu Iniciar

Expandir: botão utilizado para expandir os itens do menu.



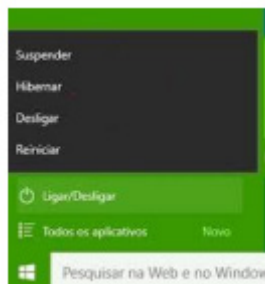
Botão Expandir

Conta: apresenta opções para configurar a conta do usuário logado, bloquear ou deslogar. Em Alterar configurações da conta é possível modificar as informações do usuário, cadastrar contas de e-mail associadas, definir opções de entrada como senha, PIN ou Windows Hello, além de outras configurações.



Configurações de conta

Ligar/Desligar: a opção “Desligar” serve para desligar o computador completamente. Caso existam programas abertos, o sistema não os salvará automaticamente, mas perguntará ao usuário se deseja salvá-los.



Outras opções são:

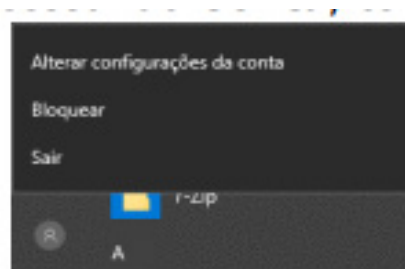
a) Reiniciar: reinicia o computador. É útil para finalizar a instalação de aplicativos e atualizações do sistema operacional, mas, com frequência, não é um processo necessário.

b) Suspender: leva o computador para um estado de economia de energia que permite que o computador volte a funcionar normalmente após alguns segundos. Todas as tarefas são mantidas, podendo o usuário continuar o trabalho.

Em portáteis, o Windows salva automaticamente todo o trabalho e desliga o computador se a bateria está com muito pouca carga. Muitos portáteis entram em suspensão quando você fecha a tampa ou pressiona o botão de energia.

c) Hibernar: opção criada para notebooks e pode não está disponível em todos os computadores. É um sistema de economia de energia que coloca no disco rígido os documentos e programas abertos e desliga o computador. Hibernar usa menos energia do que Suspender e, quando você reinicializa o computador, mas não volta tão rapidamente quanto a Suspensão ao ponto em que estava.

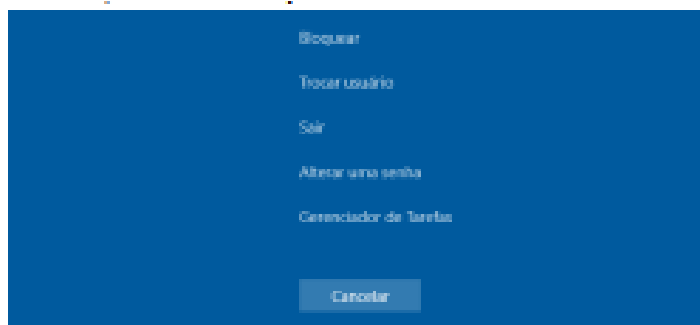
Além dessas opções, acessando Conta, temos:



d) Sair: o usuário desconecta de sua conta, e todas as suas tarefas são encerradas.

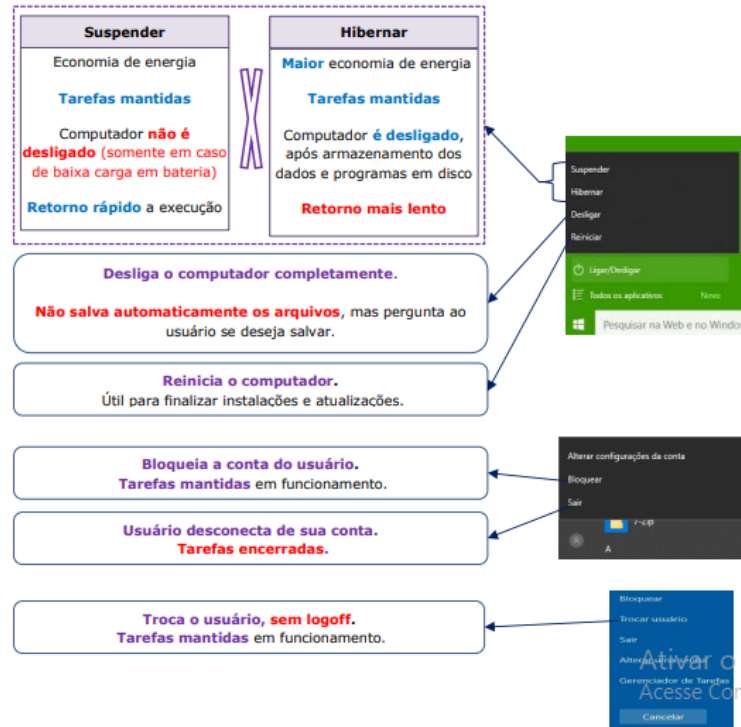
e) Bloquear: bloqueia a conta do usuário, mantendo todas as tarefas em funcionamento.

Para trocar o usuário, basta apertar CTRL + ALT + DEL:



f) Trocar usuário: simplesmente dá a opção de trocar de usuário, sem que o usuário atual faça o logoff. Assim, todas as tarefas são mantidas em funcionamento, e quando o usuário quiser, basta acessar sua conta para continuar de onde parou.

Esquemmatizando essas opções:

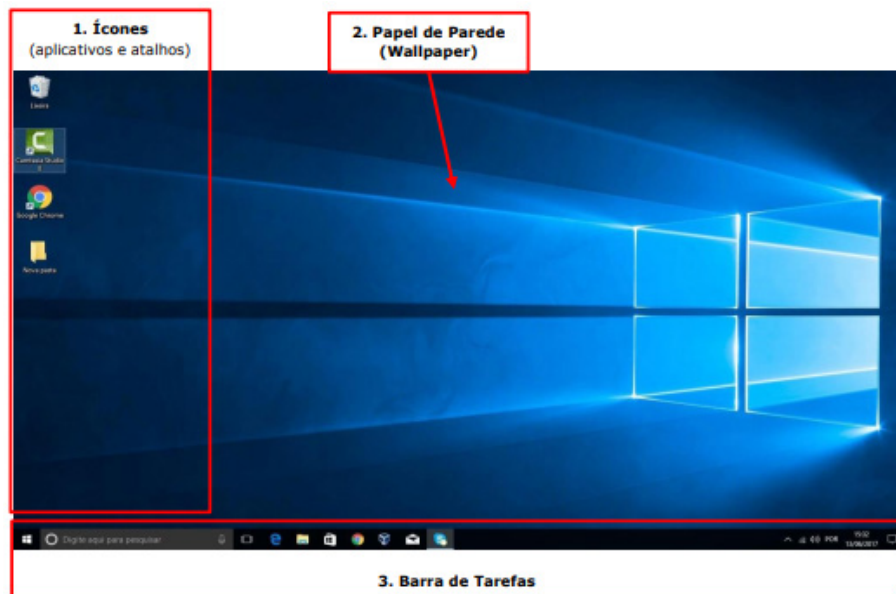


Ligar/Desligar e outras opções.

Área de trabalho, ícones e atalhos

Área de Trabalho

A Área de trabalho (ou desktop) é a principal área exibida na tela quando você liga o computador e faz logon no Windows. É o lugar que exibe tudo o que é aberto (programas, pastas, arquivos) e que também organiza suas atividades.



Área de Trabalho do Windows 10.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor da Educação Básica

FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A escola tem como função criar uma forte ligação entre o formal e teórico, ao cotidiano e prático. Reúne os conhecimentos comprovados pela ciência ao conhecimento que o aluno adquire em sua rotina, o chamado senso comum. Já o professor, é o agente que possibilita o intermédio entre escola e vida, e o seu papel principal é ministrar a vivência do aluno ao meio em que vive.

Função social da escola

A escola, principalmente a pública, é espaço democrático dentro da sociedade contemporânea. Servindo para discutir suas questões, possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico, trazer as informações, contextualizá-las e dar caminhos para o aluno buscar mais conhecimento. Além disso, é o lugar de sociabilidade de jovens, adolescentes e também de difusão sócio-cultural. Mas é preciso considerar alguns aspectos no que se refere a sua função social e a realidade vivida por grande parte dos estudantes brasileiros.

Na atualidade alguns discursos tenham ganhado força na teoria da educação. Estes discursos e teorias, centrados na problemática educacional e na contradição existente entre teoria e prática produzem certas conformações e acomodações entre os educadores.

Muitos atribuem a problemática da educação às situações associadas aos valores humanos, como a ausência e/ou ruptura de valores essenciais ao convívio humano. Assim, como alegam despreparo profissional dos educadores, salas de aula superlotadas, cursos de formação acelerados, salários baixos, falta de recursos, currículos e programas pré-elaborados pelo governo, dentre tantos outros fatores, tudo em busca da redução de custos.

Todas essas questões contribuem de fato para a crise educacional, mas é preciso ir além e buscar compreender o núcleo dessa problemática, encontrar a raiz desses fatores, entendendo de onde eles surgem. A grande questão é: qual a origem desses fatores que impedem a qualidade na educação?

Certamente a resposta para uma discussão tão atual como essa surja com o estudo sobre as bases que compõem a sociedade atual. Pois, ao analisar o sistema capitalista nas suas mais amplas esferas, descobre-se que todas essas problemáticas surgem da forma como a sociedade está organizada com bases na propriedade privada, lucro, exploração do ser humano e da natureza e se manifestam na ideologia do sistema.

Um sistema que prega a acumulação privada de bens de produção, formando uma concepção de mundo e de poder baseada no acumular sempre para consumir mais, onde quanto mais

bens possuir, maior será o poder que exercerá sobre a sociedade, acaba por provocar diversos problemas para a população, principalmente para as classes menos favorecidas, como: falta de qualidade na educação, ineficiência na saúde, aumento da violência, tornando os sistemas públicos, muitas vezes, caóticos.

Independentemente do discurso sobre a educação, ele sempre terá uma base numa determinada visão de homem, dentro e em função de uma realidade histórica e social específica. Acredita-se que a educação baseia-se em significações políticas, de classe. Freitag (1980) ressalta a frequente aceitação por parte de muitos estudiosos de que toda doutrina pedagógica, de um modo ou de outro, sempre terá como base uma filosofia de vida, uma concepção de homem e, portanto, de sociedade.

Ainda segundo Freitag (1980, p.17) a educação é responsável pela manutenção, integração, preservação da ordem e do equilíbrio, e conservação dos limites do sistema social. E reforça “para que o sistema sobreviva, os novos indivíduos que nele ingressam precisam assimilar e internalizar os valores e as normas que regem o seu funcionamento.”

A educação em geral, designa-se com esse termo a transmissão e o aprendizado das técnicas culturais, que são as técnicas de uso, produção e comportamento, mediante as quais um grupo de homens é capaz de satisfazer suas necessidades, proteger-se contra a hostilidade do ambiente físico e biológico e trabalhar em conjunto, de modo mais ou menos ordenado e pacífico. Como o conjunto dessas técnicas se chama cultura, uma sociedade humana não pode sobreviver se sua cultura não é transmitida de geração para geração; as modalidades ou formas de realizar ou garantir essa transmissão chama-se educação. (ABBAGNANO, 2000, p. 305-306)

Assim a educação não alienada deve ter como finalidade a formação do homem para que este possa realizar as transformações sociais necessárias à sua humanização, buscando romper com o os sistemas que impedem seu livre desenvolvimento.

A alienação toma as diretrizes do mundo do trabalho no seio da sociedade capitalista e no modo como esse modelo de produção nega o homem enquanto ser, pois a maioria das pessoas vive apenas para o trabalho alienado, não se completa enquanto ser, tem como objetivo atingir a classe mais alta da sociedade ou, ao menos, sair do estado de oprimido, de miserável. Perde-se em valores e valorações, não consegue discernir situações e atitudes, vive para o trabalho e trabalha para sobreviver. Sendo levado a esquecer de que é um ser humano, um integrante do meio social em que vive, um cidadão capaz de transformar a realidade que o aliena, o exclui.

Há uma contribuição de Saviani (2000, p.36) que a respeito do homem considera "(...) existindo num meio que se define pelas coordenadas de espaço e tempo. Este meio condiciona-o, determina-o em todas as suas manifestações." Vê-se a relação da escola na formação do homem e na forma como ela reproduz o sistema de classes.

Para Duarte (2003) assim como para Saviani (1997) o trabalho educativo produz nos indivíduos a humanidade, alcançando sua finalidade quando os indivíduos se apropriam dos elementos culturais necessários a sua humanização.

O essencial do trabalho educativo é garantir a possibilidade do homem tornar-se livre, consciente, responsável a fim de concretizar sua humanização. E para isso tanto a escola como as demais esferas sociais devem proporcionar a procura, a investigação, a reflexão, buscando razões para a explicação da realidade, uma vez que é através da reflexão e do diálogo que surgem respostas aos problemas.

Saviani (2000, p.35) questiona "(...) a educação visa o homem; na verdade, que sentido terá a educação se ela não estiver voltada para a promoção do homem?" E continua sua indagação ao refletir "(...) uma visão histórica da educação mostra como esta esteve sempre preocupada em formar determinado tipo de homem. Os tipos variam de acordo com as diferentes exigências das diferentes épocas. Mas a preocupação com o homem é uma constante."

Os espaços educativos, principalmente aqueles de formação de educadores devem orientar para a necessidade da relação subjetividade-objetividade, buscando compreender as relações, uma vez que, os homens se constroem na convivência, na troca de experiências. É função daqueles que educam levar os alunos a romperem com a superficialidade de uma relação onde muitos se relacionam protegidos por máscaras sociais, rótulos.

A educação, vista de um outro paradigma, enquanto mecanismo de socialização e de inserção social aponta-se como o caminho para construção da ética. Não usando-a para cumprir funções ou realizar papéis sociais, mas para difundir e exercitar a capacidade de reflexão, de criticidade e de trabalho não-alienado.

(...) sem ingenuidade, cabe reconhecer os limites impostos pela exploração, pela exclusão social e pela renovada força da violência, da competição e do individualismo. Assim, se a educação e a ética não são as únicas instâncias fundamentais, é inegável reconhecer que, sem a palavra, a participação, a criatividade e apolítica, muito pouco, ou quase nada, podemos fazer para interferir nos contextos complexos do mundo contemporâneo. Esse é o desafio que diz respeito a todos nós. (RIBEIRO; MARQUES; RIBEIRO 2003, p.93)

A escola não pode continuar a desenvolver o papel de agência produtora de mão de obra. Seu objetivo principal deve ser formar o educando como homem humanizado e não apenas prepará-lo para o exercício de funções produtivas, para ser consumidor de produtos, logo, esvaziados, alienados, deprimidos, fetichizados.¹

Função social do educador

Quando se fala na função social do professor, observa-se que existe um conjunto de situações relacionadas como atitudes, valores, éticas, que formam itens fundamentais para o seu desenvolvimento no papel da educação. No primeiro momento ira se fa-

zer um análise sobre as atitudes e valores de ensino, e em seguida sobre o papel da educação no desenvolvimento de competências éticas e de valores.

Percebe-se que existe uma série de fatores que se relacionam com o processo de aprendizagem, que envolvem professor, aluno e escola. Esses fatores são: Atitudes e valores vão se formando ao longo da vida, através de influências sociais; A escola tem papel fundamental no desenvolvimento das atitudes e valores através de um modelo pedagógico eficiente; O ensino e a aprendizagem estão relacionados num processo de desenvolvimento das atitudes e valores de acordo com a diversidade cultural; O Professor como ponte de ligação entre a escola e o aluno, proporcionando o desenvolvimento das atitudes no processo de aprendizagem.

Quando se fala em atitude, é comum escutar frases como: ela é uma pessoa de atitude, ou não vejo que ela tenha atitude. Mas afinal o que é atitude.

De acordo com Trillo (2000, p.26) atitude é algo interno que se manifesta através de um estado mental e emocional, e que não tem como ser realizadas medições para avaliação de desempenho e não esta exposto de forma que possam ser visualizados de maneira clara.

[...] Que se trata de uma dimensão ou de um processo anterior das pessoas, uma espécie de substrato que orienta e predis põe atuar de uma determinada maneira. Caso se trate de um estado mental e emocional interior, não estará acessível diretamente (não será visível de fora e nem se poderá medir) se não através de suas manifestações internas. [...]

A atitude é um processo dinâmico que vai se desenvolvendo no decorrer da vida mediante situações que estão em sua volta como escola, família, trabalho. Trillo(2000) relata que "atitude é mas uma condição adaptável as circunstâncias: surgem e mantêm-se interação que individuo tem com os que o rodeiam".

A escola é fator importante no desenvolvimento da atitude, pois no decorrer de nossa vida se passa boa parte do tempo numa unidade de ensino, o que proporciona uma inserção de conhecimento.

Segundo Trillo (2000, p.28) a escola através ações educativas, proporciona os estímulos necessários na natureza para a construção de valores.

[...] Do ponto de vista da teoria das atitudes, pelo nos casos em que se acedeu ao seu estudo a partir de casos de delineamentos vinculados a educação, não surgem controvérsias importantes no que se refere ao facto de se tratar ou não natureza humana susceptíveis de serem estimulados através da ação educativa. Ou seja, parece existir um acordo geral segundo o qual as atitudes e os valores poderiam se ensinados na escola [...]

As ações das atitudes começam a se desenvolver logo na criança quando ela esta rodeada de exemplos de família, amigos e principalmente pelos ensinamentos da escola. É interessante que quando se tem um ambiente favorável e principalmente dos pais, acompanhando e orientando a criança, percebe-se a construção de boas atitudes.

De acordo com Trillo (200, p.35) as crianças imitam os comportamentos em sua volta, de maneira que são estimuladas através de exemplos de atitudes positivas, o que proporciona a auto-estima.

[...] Nesta perspectiva, os mecanismos básicos da aquisição são a imitação e o esforço. As crianças pequenas vão imitando os comportamentos que observam a sua volta e, desta forma, esses comportamentos vão se fixando ou desaparecendo, como conse-

¹ Fonte: www.webartigos.com

quência do reforço positivo ou negativo que recebem (em forma de aprovação e reconhecimento dos outros ou em forma de auto-gratificação: sentir-se bem, reforçar a própria autoestima, etc [...])

Um ponto importante no processo de construção das atitudes esta o papel do professor. Ele tem a função de criar um processo de aprendizagem dinâmico entendendo a necessidade e diversidade do aluno, mostrando os caminhos corretos para o desenvolvimento das atitudes.

Segundo Trillo (2000, p.44) o professor tem que ter a habilidade de estimular os alunos através de trabalhos dinâmicos de expressão pessoal, em meio a diversidade e perspectivas diferentes, acompanhando e valorizando os pontos dos trabalhos, de modo a enriquecer as atitudes dos alunos.

[...] O professor /a que procura nos trabalhos a expressão pessoal dos seus estudantes, e que os adverte valorará a originalidade como um dos pontos importantes dos seus trabalhos, esta a estabelecer as bases de uma atitude de expressão livre. E se isto ampliar, no sentido em que, numa fase posterior do processo, cada um deverá ir expondo e justificando as suas conclusões pessoais, parece provável que a atitude de trabalho pessoal será enriquecida com a componente de reflexão e a que diz respeito a diversidade e as diferentes perspectivas sobre as coisas [...]

As atitudes de valores de ensino é um processo dinâmico e construtivo, e cada vez mais necessita da presença da escola, professor, aluno e demais ambientes sociais, visto que o processo de aprendizagem se torna eficiente e eficaz, quando todos os envolvidos tenham discernimento de trabalhar o conhecimento tomando atitudes corretas de acordo com os valores éticos, morais e sociais.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PARECER CNE/CEB Nº 7/2010

PARECER CNE/CEB Nº:7/2010

I – RELATÓRIO

1. Histórico

Na organização do Estado brasileiro, a matéria educacional é conferida pela Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aos diversos entes federativos: União, Distrito Federal, Estados e Municípios, sendo que a cada um deles compete organizar seu sistema de ensino, cabendo, ainda, à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva (artigos 8º, 9º, 10 e 11).

No tocante à Educação Básica, é relevante destacar que, entre as incumbências prescritas pela LDB aos Estados e ao Distrito Federal, está assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio a todos que o demandarem. E ao Distrito Federal e aos Municípios cabe oferecer a Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental.

Em que pese, entretanto, a autonomia dada aos vários sistemas, a LDB, no inciso IV do seu artigo 9º, atribui à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.

A formulação de Diretrizes Curriculares Nacionais constitui, portanto, atribuição federal, que é exercida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), nos termos da LDB e da Lei nº 9.131/95, que o instituiu. Esta lei define, na alínea “c” do seu artigo 9º, entre as atribuições de sua Câmara de Educação Básica (CEB), deliberar sobre as Diretrizes Curriculares propostas pelo Ministério da Educação. Esta competência para definir as Diretrizes Curriculares Nacionais torna-as mandatórias para todos os sistemas. Ademais, atribui-lhe, entre outras, a responsabilidade de assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional (artigo 7º da Lei nº 4.024/61, com redação dada pela Lei 8.131/95), razão pela qual as diretrizes constitutivas deste Parecer consideram o exame das avaliações por elas apresentadas, durante o processo de implementação da LDB.

O sentido adotado neste Parecer para diretrizes está formulado na Resolução CNE/CEB nº 2/98, que as delimita como conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica (...) que orientarão as escolas brasileiras dos sistemas de ensino, na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas.

Por outro lado, a necessidade de definição de Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica está posta pela emergência da atualização das políticas educacionais que consubstanciem o direito de todo brasileiro à formação humana e cidadã e à formação profissional, na vivência e convivência em ambiente educativo. Têm estas Diretrizes por objetivos:

I – sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola;

II – estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;

III – orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais – docentes, técnicos, funcionários - da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica visam estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como para as modalidades com que podem se apresentar, a partir das quais os sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, por suas competências próprias e complementares, formularão as suas orientações assegurando a integração curricular das três etapas sequentes desse nível da escolarização, essencialmente para compor um todo orgânico.

Além das avaliações que já ocorriam assistematicamente, marcou o início da elaboração deste Parecer, particularmente, a Indicação CNE/CEB nº 3/2005, assinada pelo então conselheiro da CEB, Francisco Aparecido Cordão, na qual constava a proposta de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental. Nessa Indicação, justificava-se que tais Diretrizes encontravam-se defasadas, segundo avaliação nacional sobre a matéria nos últimos anos, e superadas em decorrência dos últimos atos legais e normativos, particularmente ao tratar da matrícula no Ensino Fundamental de crianças de 6 (seis) anos e consequente ampliação do Ensino Fundamental para 9 (nove) anos de duração. Imprescindível acrescentar que a nova redação do inciso I do artigo 208 da nossa Carta Magna, dada pela Emenda Constitu-

cional nº 59/2009, assegura Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive a sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Nesta perspectiva, o processo de formulação destas Diretrizes foi acordado, em 2006, pela Câmara de Educação Básica com as entidades: Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, Conselho dos Secretários Estaduais de Educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, e entidades representativas dos profissionais da educação, das instituições de formação de professores, das mantenedoras do ensino privado e de pesquisadores em educação.

Para a definição e o desenvolvimento da metodologia destinada à elaboração deste Parecer, inicialmente, foi constituída uma comissão que selecionou interrogações e temas estimuladores dos debates, a fim de subsidiar a elaboração do documento preliminar visando às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, sob a coordenação da então relatora, conselheira Maria Beatriz Luce. (Portaria CNE/CEB nº 1/2006)

A comissão promoveu uma mobilização nacional das diferentes entidades e instituições que atuam na Educação Básica no País, mediante:

I – encontros descentralizados com a participação de Municípios e Estados, que reuniram escolas públicas e particulares, mediante audiências públicas regionais, viabilizando ampla efetivação de manifestações;

II – revisões de documentos relacionados com a Educação Básica, pelo CNE/CEB, com o objetivo de promover a atualização motivadora do trabalho das entidades, efetivadas, simultaneamente, com a discussão do regime de colaboração entre os sistemas educacionais, contando, portanto, com a participação dos conselhos estaduais e municipais. Inicialmente, partiu-se da avaliação das diretrizes destinadas à Educação Básica que, até então, haviam sido estabelecidas por etapa e modalidade, ou seja, expressando-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; para o Ensino Fundamental; para o Ensino Médio; para a Educação de Jovens e Adultos; para a Educação do Campo; para a Educação Especial; e para a Educação Escolar Indígena.

Ainda em novembro de 2006, em Brasília, foi realizado o Seminário Nacional Currículo em Debate, promovido pela Secretaria de Educação Básica/MEC, com a participação de representantes dos Estados e Municípios. Durante esse Seminário, a CEB realizou a sua trigésima sessão ordinária na qual promoveu Debate Nacional sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, por etapas. Esse debate foi denominado Colóquio Nacional sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais. A partir desse evento e dos demais que o sucederam, em 2007, e considerando a alteração do quadro de conselheiros do CNE e da CEB, criou-se, em 2009, nova comissão responsável pela elaboração dessas Diretrizes, constituída por Adeum Hilário Sauer (presidente), Clélia Brandão Alvarenga Craveiro (relatora), Raimundo Moacir Mendes Feitosa e José Fernandes de Lima (Portaria CNE/CEB nº 2/2009). Essa comissão reiniciou os trabalhos já organizados pela comissão anterior e, a partir de então, vem acompanhando os estudos promovidos pelo MEC sobre currículo em movimento, no sentido de atuar articulada e integradamente com essa instância educacional.

Durante essa trajetória, os temas considerados pertinentes à matéria objeto deste Parecer passaram a se constituir nas seguintes ideias-força:

I – as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica devem presidir as demais diretrizes curriculares específicas para as etapas e modalidades, contemplando o conceito de Educação Básica, princípios de organicidade, sequencialidade e articulação, relação entre as etapas e modalidades: articulação, integração e transição;

II – o papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade, considerando que a educação, enquanto direito inalienável de todos os cidadãos, é condição primeira para o exercício pleno dos direitos: humanos, tanto dos direitos sociais e econômicos quanto dos direitos civis e políticos;

III – a Educação Básica como direito e considerada, contextualizadamente, em um projeto de Nação, em consonância com os acontecimentos e suas determinações históricossociais e políticas no mundo;

IV – a dimensão articuladora da integração das diretrizes curriculares compondo as três etapas e as modalidades da Educação Básica, fundamentadas na indissociabilidade dos conceitos referenciais de cuidar e educar;

V – a promoção e a ampliação do debate sobre a política curricular que orienta a organização da Educação Básica como sistema educacional articulado e integrado;

VI – a democratização do acesso, permanência e sucesso escolar com qualidade social, científica, cultural;

VII – a articulação da educação escolar com o mundo do trabalho e a prática social;

VIII – a gestão democrática e a avaliação;

IX – a formação e a valorização dos profissionais da educação;

X – o financiamento da educação e o controle social.

Ressalte-se que o momento em que estas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica estão sendo elaboradas é muito singular, pois, simultaneamente, as diretrizes das etapas da Educação Básica, também elas, passam por avaliação, por meio de contínua mobilização dos representantes dos sistemas educativos de nível nacional, estadual e municipal. A articulação entre os diferentes sistemas flui num contexto em que se vivem:

I – os resultados da Conferência Nacional da Educação Básica (2008);

II – os 13 anos transcorridos de vigência da LDB e as inúmeras alterações nela introduzidas por várias leis, bem como a edição de outras leis que repercutem nos currículos da Educação Básica;

III – o penúltimo ano de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE), que passa por avaliação, bem como a mobilização nacional em torno de subsídios para a elaboração do PNE para o período 2011-2020;

IV – a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Professores da Educação (FUNDEB), regulado pela Lei nº 11.494/2007, que fixa percentual de recursos a todas as etapas e modalidades da Educação Básica;

V – a criação do Conselho Técnico Científico (CTC) da Educação Básica, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (Capes/MEC);

VI – a formulação, aprovação e implantação das medidas expressas na Lei nº 11.738/2008, que regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica;

VII – a criação do Fórum Nacional dos Conselhos de Educação, objetivando prática de regime de colaboração entre o CNE, o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação;